

A política como procedimento para leituras urbanas

Arq. Pedro Plácido Teixeira

Orientador: Prof. Assoc. Dr. Marcelo Tramontano

O conhecimento se faz presente na observação do mundo e se concretiza numa intrínseca relação entre teoria e práxis. No ideário grego, essa consubstanciação resulta do vínculo indissociável entre ciência e arte. Partindo desse raciocínio, Vilém Flusser considerava a objetividade científica um equívoco, partindo do entendimento de que o conhecimento humano se constrói na interpretação intersubjetiva do indivíduo que, por sua vez, encontra-se em uma constante relação com seus semelhantes. Ou seja, “que tudo o que vai conhecendo, vivenciando e valorizando é conhecido, vivenciado e valorizado graças a outros, em conjunto com outros e para outros. Até os conhecimentos, vivências e valores aparentemente mais solitários” (FLUSSER, 1998, p. 173-174).

Compreendendo a ciência e a arte como meios de alcançar esse conhecimento, o autor infere que a sua concretização é efetivada no campo político. Para ele, “portanto, política não é nem ciência, nem arte, mas é ambas as coisas e mais que ambas as coisas (FLUSSER, 1998, p. 174). A política, segundo Hannah Arendt (2006), tem como objetivo geral garantir a vida do indivíduo dentro de um sistema no qual ele depende dos outros para a sua própria existência. O conceito de política adotado na Antiguidade, entretanto, não é equivalente àquele atualmente aplicado. Numa perspectiva aristotélica, por exemplo, o termo, derivado da palavra *politikon*, se refere especificamente à organização da pólis grega, não se estendendo para outros arranjos sociais.

Na lógica grega, o sentido da política reside na relação humana centrada, essencialmente, na questão da liberdade. Essa ideia, para tanto, deve ser “entendida negativamente como o não-ser-dominado e não-dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais” (ARENDR, 2006, p. 48). Isso resulta na conformação de um *locus* onde os homens “regulamentavam todos os assuntos por meio da conversa mútua e do convencimento recíproco” (ARENDR, 2006, p. 48). Por outro lado, como coloca,

Isso é difícil nós compreendermos porque vinculamos à igualdade o conceito de justiça e não o de liberdade e, desse modo, compreendemos mal a expressão grega para uma constituição livre, a isonomia [*Isonomie*], em nosso sentido de uma igualdade perante a lei. Porém, isonomia não significa que todos são iguais perante a lei nem que a lei seja igual para todos, mas sim que todos têm o mesmo direito à atividade política; e essa atividade na polis era de preferência uma atividade de conversa mútua (ARENDDT, 2006, p. 49)

Entendendo que o conhecimento é produzido nessa esfera e sob tais condições, a despolitização da vida interfere diretamente no modo em como vemos, interpretamos e agimos no mundo. A perda da esfera política, seja pela ausência de liberdade dos homens, seja pela desvinculação entre teoria e práxis – entre ciência e arte – pelo viés da objetividade, revela uma profunda fissura que atinge a própria lógica de organização humana e social. Ao tratar da ciência moderna e a maneira na qual ela opera, Flusser constata que “a política em seu significado plenamente humano (a polis clássica e a catolicidade medieval) se perdeu. Perdeu-se o sentido da co-vivência, do co-conhecimento, da co-valorização, em suma: o sentido da vida” (FLUSSER, 1998, p. 174).

A exigência da objetividade na ciência moderna é uma temática que permeia e divide o pensamento dos cientistas. Tal fato deriva do fato de parte desse grupo acreditar na necessidade de seu afastamento e neutralidade em relação ao sistema por ele observado e, por outro lado, uma parcela defender a sua própria inferência em relação à observação, assumindo o seu papel enquanto indivíduo que possui opiniões e visões de mundo que influenciam diretamente no processo por ele analisado (VON FOERSTER, 2003). No caso das ciências humanas e sociais, esse debate torna-se ainda mais latente ao passo que essa observação pode implicar em uma relação *vis-à-vis* do cientista com o seu objeto de estudo. Procedimentos metodológicos ligados à etnografia e à pesquisa-intervenção, por exemplo, demandam contato direto do pesquisador com diferentes indivíduos e grupos sociais no qual exige-se que o estudioso mantenha a sua postura enquanto cientista mas, ao mesmo tempo, viva a experiência por ele observada a fim de se melhor compreender o contexto da pesquisa e, por conseguinte, obter os dados vislumbrados

A possibilidade de um pensamento – tal como a cibernética, por exemplo – que atravessa e aproxima os mais variados campos do conhecimento chamou a atenção de intelectuais de diferentes disciplinas. No campo das ciências humanas e sociais, destacaram-se como precursores desse pensamento, principalmente, estudiosos ligados à Antropologia Visual. Autores como Margaret Mead, Gregory Bateson e Jean Rouch buscaram incorporar ideias ligadas à cibernética dentro de suas produções etnográficas. Os seus trabalhos tornaram-

se referências para o campo em questão e, em um sentido mais amplo, para o cinema enquanto espaço fértil de produção e difusão do conhecimento.

O registro proporcionado pelo filme etnográfico caracteriza-se para além de leituras antropológicas e sociais: revela-se como um exercício de observação, reflexão e transformação. Para Emilie de Brigard (1995, p. 15, *tradução nossa*), “a possibilidade mais empolgante dos filmes etnográficos é permitir que muitos que não o fizessem – entre eles, aqueles cujo conhecimento especializado dirige os afazeres dos homens – vejam, nova e ricamente, a gama de padrões no comportamento do homem”. Por esse ponto de vista, parte dos filmes etnográficos inserem-se na categoria dos filmes documentários. Tal afirmação encontra sentido quando entende-se que

os documentários dão-nos a capacidade de ver questões oportunas que necessitam de atenção. Vemos visões fílmicas do mundo. Essas visões colocam diante de nós questões sociais e atualidades, problemas recorrentes e soluções possíveis. O vínculo entre o documentário e o mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e a história social (NICHOLS, 2005, p. 27).

Para Jean-Louis Comolli, o documentário é o “cinema como práxis”, uma vez que, subvertendo-se e afastando-se do controle e da onipotência dos roteiros, depara-se com as inconstâncias das realidades e dos sujeitos a quem pretende registrar. Em suma:

Desta dificuldade que lhe é imposta de alguma maneira “de fora”, o cinema documentário tira todas as suas riquezas. Obrigação de experimentar, de tentar aproximações ajustadas às armadilhas sempre novas do mundo a filmar. Obrigação de imaginar, de testar, de verificar os dispositivos da escritura - inéditos na medida em que eles só podem estar intimamente ligados a um lugar particular, um traço do mundo (COMOLLI, 2008, p. 177).

O caráter do documentário de representar questões, problemas e soluções encontra força quando reconhecido como um tratamento criativo da realidade, e não como sua transcrição. Para Nichols (2005, p. 68), “os documentários reúnem provas e, em seguida, utilizam-nas para construir sua própria perspectiva ou argumento sobre o mundo, sua própria resposta poética ou retórica para o mundo”. Contribuindo para o desenvolvimento de narrativas singulares que, produzidas e conduzidas coletivamente, o filme documentário possibilita a complexização de suas leituras, embasadas nas perspectivas de um observador e nas interpretações externas desses registros, tanto por outros observadores, quanto por aqueles que são observados.

A possibilidade de se experimentar novos modos de registrar e transmitir aquilo que se deseja representar pode, nesse contexto, ser permeada por todo o seu percurso, do planejamento

à exibição. Esse cenário complexo representa a possibilidade de se apreender e compreender as emergências provindas das inter-relações dentro do sistema observado. O documentário, por esse viés, abre precedente para a criação e apuração de visões sobre o espaço e propicia o desenvolvimento de um campo dinâmico baseado na correlação entre criação e crítica; um espaço que potencializa a exploração e consolidação desses meios para a produção de leituras urbanas pautadas em subjetividades e, concomitantemente, nas coletividades.

O experimento proposto pela pesquisa compõe-se como um procedimento que visa aplicar e verificar os pressupostos teóricos estudados ao longo dos três anos do mestrado – desenvolvido no âmbito do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) e vinculado ao grupo Nomads.usp. É, em suma, uma ação ligada à ideia de práxis formulada e organizada a partir do desenvolvimento de experiências de roteirização, captura, edição e exibição de pequenas peças fílmicas produzidas coletivamente com diferentes indivíduos e grupos. Cabe reforçar a noção de que o audiovisual carrega o potencial de promover, não apenas a construção de narrativas pautadas nessa multiplicidade de vozes e histórias, como também a possibilidade de construir um *locus* de diálogo e compreensão entre esses agentes. Essa ação, para tanto, tem como objetivo, retornar essa lógica à própria cidade, a fim de fornecer meio à construção de espaços pautados pelo sentimento de liberdade e de usufruto de sua população.

Como um primeiro passo prático, encontra-se em curso um exercício prático, desenvolvido no âmbito da disciplina “Meios Digitais” ministrada pela Profa. Assoc. Dra. Anja Pratschke. A atividade propõe aos alunos a produção de um pequeno filme, produzido coletivamente por grupos compostos por 6 integrantes com o objetivo de promover uma primeira aproximação dos estudantes com a cidade de São Carlos, constituindo uma visão acerca da cidade e, por outro lado, incentivar a conversa e a capacidade de negociação entre eles. Para tal, buscar-se-á adotar um pensamento essencialmente político, desde a concepção da obra até a exibição das produções, fomentando o debate e a construção do conhecimento de maneira coletiva. Nesse âmbito, a partir da compreensão de que a produção do espaço só é efetivado pela coletividade e pelo caráter de igualdade, a proposta da pesquisa “A circularidade do documentário: leituras urbanas, colaboração e audiovisual” vislumbra ativar a participação de cada um desses indivíduos com o objetivo de retornar essa lógica à própria cidade, a fim de fornecer meio à construção de espaços pautados pelo sentimento de igualdade e de usufruto de sua população, estimulando a ampliação das conversas e debates para além dos limites da universidade.

Referências

ARENDDT, H. **O que é Política?** Fragmentos das Obras Póstumas Compilados por Úrsula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COMOLLI, J. **Ver e poder:** a inocência perdida – cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DE BRIGARD, E. The History of Ethnographic Film. In: Hockings, P. (Ed.). **Principles of Visual Anthropology**. The Hague: Mouton, 1995.

FLUSSER, V. Criação científica e artística. In: **Ficções Filosóficas**. São Paulo: Edusp, 1998.

ROUCH, J. The Camera and Man. In: Hockings, P. (Ed.). **Principles of Visual Anthropology**. The Hague: Mouton, 1995.

VON FOERSTER, H. Responsibilities of Competence. In: **Understanding Understanding: Essays on Cybernetics and Cognition**. Nova York: Springer-Verlag, 2003.